

Ata da 28ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 03 dias de julho de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a vigésima oitava reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Nomeação da Comissão Temporária de Articulação para Elaboração do Plano Municipal de Cultura de Salvador; Calendário de reuniões do segundo semestre; 2) Posse dos novos conselheiros; 3) Apresentação da Consultoria e validação do calendário de reuniões com o CMPC até dezembro e com a Comissão no mês de julho; 4) Reunião da Consultoria com a Comissão Temporária de Articulação para Elaboração do Plano Municipal de Cultura de Salvador e 5) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Claudio Tinoco Melo de Oliveira (SECULT); Eduardo Lopes dos Reis (Pau da Lima); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Ian Mariani de Oliveira (DGPB); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Eduardo Nascimento Matos (Circo) e Emanuel Oliveira Costa (Dança). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas) na condição de titular; José Marcelo Rios (Música); Isa Maria Faria Trigo (Cabula / Tancredo Neves) e Djalma Vieira da Silva (Patrimônio Material e Imaterial). O Presidente iniciou a reunião e passou a palavra para a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, que informou que havia levado os nomes dos Conselheiros que foram escolhidos para acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) e disse que os nomes seriam publicados no Diário Oficial do Município juntamente com membros da FGM que também iriam acompanhar o trabalho da consultoria na Comissão. Ressaltou que iria confirmar com todos antes de providenciar a publicação. O Presidente destacou que era importante que as pessoas listadas confirmassem se iriam continuar e participar do processo ou abrissem mão para dar lugar a outra pessoa porque quando o processo começasse haveria horários, dias e os membros da comissão deveriam se comprometer a participar. Destacou que era muito importante que os participantes defendessem os territórios, os segmentos culturais e ressaltou que seria uma demanda muito cansativa. Solicitou que quem tivesse disposição confirmasse e participasse, pois é importante que o CMPC tenha uma comissão que realmente trabalhe em prol disso e dissemine as ideias nos territórios. Em seguida, o Presidente informou

que havia pouco tempo participou como fiscal do edital Arte Todo Dia e disse que foi uma experiência muito bacana participar enquanto sociedade civil, pois o fez entender como se elabora parecer sobre determinado projeto e como os erros que os produtores e artistas acabam cometendo na criação dos projetos podem prejudicá-los. Destacou que muitas vezes os pareceristas ficaram sem saber como decidir frente à demanda tão bacana de projetos que surgiu e reforçou que ficou muito feliz de participar do processo, mas ficou muito triste porque muitos projetos eram tão bacanas, no entanto os critérios técnicos do edital e a necessidade da transparência fizeram com que alguns projetos ficassem à parte. Orientou que os Conselheiros que participassem das comissões analisassem os editais e elogiou a FGM por possibilitar que os Conselheiros pudessem entender e levar esse entendimento para os parceiros, pessoas que fazem parte da cadeia e atuam de forma tão próxima e não sabem porque não passaram. Declarou que já perdeu vários editais, mas que agora tem um pouco mais a luz para entender o edital para que possa voltar a participar futuramente e ser contemplado. Em seguida, o Presidente falou sobre o calendário de reuniões do segundo semestre, sendo que em julho seriam realizadas duas reuniões (3 e 24/7), devido à não realização em junho; 28 de agosto; 25 de setembro; 30 de outubro; 27 de novembro e 18 de dezembro. Ressaltou que é importante que os Conselheiros se programem para isso, visto que também teriam as reuniões referentes à construção do PMC e a fiscalização do trabalho das comissões de editais. Eduardo Matos, conhecido como Kuka Matos, disse que iria tomar posse naquele dia como membro representante do Circo e disse que viu o ponto de pauta sobre o calendário, em seguida perguntou se as comissões ainda estão abertas e se ainda havia a possibilidade de entrar, pois ele gostaria de participar. O presidente deu boas vindas ao Conselheiro e respondeu que teria a possibilidade quando algum Conselheiro integrante de comissão desistisse, e que o processo de escolha dos representantes foi feito por meio de eleição. O presidente perguntou se todos concordavam com o calendário e retificou informando que o calendário apresentado referia-se às reuniões com a consultoria que iria trabalhar com a construção do PMC. Isa Trigo sugeriu colocar a reunião com a consultoria no mesmo dia das reuniões ordinárias, três ou duas horas antes do início das plenárias e disse que pensou que o calendário apresentado referia-se às reuniões do CMPC. O técnico Plutarco Drummond respondeu que estava organizado desse jeito, com as reuniões sobre o PMC e as ordinárias do CMPC no mesmo dia. José Carlos Novaes perguntou se a reunião do dia 24 de julho poderia ser adiada para o dia 31 de julho, visto que a reunião anterior seria realizada numa data muito próxima. O presidente lembrou que o Teatro Gregório de Mattos (TGM) tem uma dinâmica e quando as datas foram amarradas, levou-se em consideração essa dinâmica. Pediu que os Conselheiros fizessem um esforço para fazer as duas reuniões em julho, e considerou que 8 e 24 não são datas tão próximas, lembrou que naquele dia haveria a participação de uma pessoa muito importante no projeto do plano, e na reunião seguinte se voltaria a discutir um pouco melhor. Viviane Ramos sugeriu que se voltasse ao ponto de pauta da posse dos Conselheiros eleitos na Eleição Suplementar. Convidou para assinar o Termo de Posse os Conselheiros Eduardo Nascimento Matos, representante titular de Circo;

Emanuel Oliveira Costa, representante titular de Dança; além de Rubem Tadeu Braga Damasceno, representante suplente do território Liberdade / São Caetano e Silvania da Cruz Reis, representante suplente do segmento Dança, que não compareceram. Viviane Ramos explicou que depois de tratadas todas as formalidades e burocracias para a contratação da consultoria, a consultora Kátia Costa foi à reunião para apresentar a proposta de agenda e assim deixar os Conselheiros mais tranquilos. Ratificou que a maioria das reuniões coincidem com as reuniões do Conselho, sendo que a Comissão vai ter uma demanda de trabalho maior, mas a agenda seria apresentada naquele dia para ser validada com o Conselho. Em seguida, convidou Kátia Costa para fazer a apresentação. A consultora Kátia Costa iniciou sua fala destacando que era um prazer apoiar o processo de elaboração do PMC juntamente com as suas parceiras de trabalho, Ana Carolina Dantas e Luana Vilutis, que não puderam comparecer. Em seguida, apresentou sua trajetória e disse que sempre atuou na área cultural, primeiro como artista e depois como produtora, sendo que desde 2007 trabalha no âmbito das políticas e da gestão cultural. Informou que trabalhou como coordenadora de espaço cultural da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), e entre 2012 e fevereiro deste ano atuou em um projeto do Ministério da Cultura (MINC) com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que consistiu em apoiar os municípios brasileiros na elaboração dos planos de Cultura. No primeiro momento desse projeto, trabalhou diretamente, dando consultoria a vinte municípios de todas as regiões e no segundo e terceiro momento o projeto que nasceu como consultoria passou a ser um processo formativo e desde então trabalha com um conjunto de mil e duzentos, mil e trezentos municípios de todas as regiões do país, mais de duas mil pessoas entre gestores e representantes da sociedade civil, sempre no sentido de assessorar o plano e formar pessoas para elaborarem os planos municipais de Cultura. A consultora disse que, como desdobramento disso, fez o mestrado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), sendo que o seu objeto de estudo foi verificar como o processo de apoio oferecido pelo MINC com a coordenação da UFBA proporcionou o envolvimento dessa diversidade cultural, ou seja, como a diversidade cultural foi tratada no âmbito desse projeto. Sendo assim, foi necessário analisar todos os documentos e processos, em seguida agradeceu a equipe da Escola de Administração da UFBA, pois ela vai estar indiretamente apoiando o processo de construção do PMC, visto que desde o início se colocou à disposição, depois ela declarou que espera contribuir efetivamente com a FGM e com o CMPC. Dando continuidade, Kátia Costa explicou que dividiu a fala em três momentos, que foram: 1) Apresentação da proposta de trabalho – como a consultoria vai atuar junto à FGM em parceria com o CMPC; 2) Fala dos presentes sobre como se veem enquanto Conselheiros Municipais de Cultura nesse processo de construção do Plano, e colocou-se à disposição para tirar dúvidas e 3) Questionário para contribuições do CMPC para a elaboração da Etapa I do PMC – Análise da Situação Atual. A consultora informou que foram feitos estudos de documentos municipais, principalmente o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador, o qual havia sido entregue aos Conselheiros previamente à reunião, com o objetivo de sistematizar informações. Afirmou que acredita que o Conselho deve ter contribuições

extremamente significativas para complementar o processo do plano. Informou que iria apresentar um instrumento muito simples de contribuições onde os Conselheiros poderiam alimentar o processo com novas informações. Em seguida, Kátia Costa explicou que a consultoria foi dividida em cinco etapas, com o objetivo central de oferecer apoio técnico à FGM e ao CMPC no processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura, e ressaltou que esse processo já se iniciou com a realização do diagnóstico cultural e outros documentos que a FGM dispõe, como relatórios de gestão, pesquisas sobre a Economia Criativa, o projeto de planejamento da Prefeitura de Salvador, a legislação municipal relacionada à Cultura e outros setores da administração pública, entre outros. Destacou que esses documentos associados a outros de caráter nacional e internacional formam a cabeça teórica que as consultoras vão trabalhar junto com o Conselho para a elaboração do PMC. Informou que a equipe é formada por pessoas da FGM, com participação de alguns integrantes de outros setores da Administração Pública mais a comissão que foi formada no Conselho. Ressaltou que seria observada a metodologia desenvolvida pela Escola de Administração da UFBA, recomendada pelo MINC, que foi criada em 2012 pela consultoria a partir do roteiro do Ministério da Cultura, sendo que já passou por um amadurecimento e já possui uma publicação, que seria distribuída aos Conselheiros na reunião seguinte. Argumentou que a metodologia é regida por princípios e premissas que regem o processo e a conduta dos envolvidos – os membros da consultoria, da Administração Pública e do CMPC. Ressaltou que a responsabilidade do Plano Municipal de Cultura é do órgão municipal de Cultura, o que não quer dizer que ele tem que fazer o plano sozinho, sendo que o CMPC é coautor desse processo e não apenas uma instância fiscalizadora, mas a instância institucionalizada de participação social, é o local onde a sociedade e os artistas estão sendo representados, por meio de um diálogo interinstitucional e social, portanto é importante que o órgão gestor de Cultura e seus parceiros mantenham essa relação tanto dentro da Administração Pública, quanto com a Sociedade Civil. Explicou que o PMC não é um plano setorial, mas um plano de desenvolvimento para o Município, igualmente ao plano de Educação e de Saúde, portanto seria preciso uma articulação, porque ao longo do processo ficaria clara a importância da transversalidade e da intersectorialidade na construção dessa política. Já em relação à legitimidade, explicou que o processo era regido por regras e normas, procedimentos administrativos e uma legislação, além de ele ter uma legitimidade técnica, institucional e política, e aqui se ressaltava a importância do Conselho. Kátia Costa defendeu que é preciso que se tenha uma visão sistêmica e territorial, ou seja, é preciso se ter uma clareza sobre como a política cultural se desenvolve no Município, como ela se dá, a que público atinge e que lugares, a forma que é feita e como essa política cultural se relaciona com os municípios circunvizinhos e com outras regiões, isto é, entender como se dá a dinâmica da política pública e como a política de Cultura se insere nesse contexto. Destacou que os princípios mais importantes são transparência e objetividade e a importância de se ter um calendário que possibilite as pessoas a terem informação sobre o processo e acompanhar. Explicou que o plano tem que ser um documento simples, direto, em que qualquer pessoa possa ler e entender sobre o que se deseja no planejamento.

Em seguida, ressaltou que o processo é participativo, pois, pela própria estrutura do sistema nacional, estadual e municipal, um dos principais preceitos básicos é a participação e o respeito à diversidade, visto que sem participação não há como entender a diversidade. Explicou ainda que o planejamento é político e técnico porque exige uma série de procedimentos técnicos para que o documento tenha consistência técnica, mas é um processo que se apresenta a partir de uma grande mesa de negociação, visto que o campo da Cultura é bastante complexo e lida com diferentes formas de sentir e ver o mundo e é preciso que se esteja aberto e consciente da importância de estar a todo tempo lidando com contradições, mas é importante buscar convergências para que o Plano de Cultura responda à necessidade da sociedade e possa de fato ser exequível. Defendeu ainda que o plano deve ser integrado ao planejamento municipal, pois precisa dialogar com outros setores e um dos grandes desafios da Administração Pública em todas as esferas é a questão da transversalidade e da intersectorialidade, que devem ser tratadas no Plano de Cultura, se a Cultura for entendida como desenvolvimento. Acrescentou que o PMC deve estar alinhado aos planos estadual e nacional, mas ele não é uma cópia dos planos nacional e estadual e não se pode achar que pelo fato de uma meta do plano nacional ou estadual ter rebatimento no Município deve-se repetir o texto dos outros documentos, é preciso ter clareza sobre o que recai sobre o Município a partir de uma política nacional, quais metas dos planos nacional e estadual têm rebatimento em Salvador e como é que a partir da realidade local, contexto e dinâmicas vai se formar uma meta que satisfaça a necessidade, fortaleça o pacto federativo e ajude a contribuir com metas de âmbito estadual e nacional. Exemplificou a Meta 12 do Plano Nacional de Cultura, que é sobre o ensino de Arte e Cultura nas Escolas, que certamente jamais será cumprida se o município não estiver atento a isso. Depois, a consultora explicou que inicialmente seria realizada a Análise da Situação Atual, onde se trabalha a caracterização e o diagnóstico. Ela reforçou que já tem o material reunido e agora iriam trabalhar junto com a FGM e a Comissão do Plano a construção do texto. Ressaltou que esse texto será o coração do Plano porque será onde se localiza quem é o Município, como se dão as dinâmicas culturais e como a diversidade cultural se apresenta a partir da sua história, dos aspectos geográficos, da sua demografia, analisar que influência isso tem sobre o Plano de Cultura e como a Cultura se insere nisso e depois como as práticas culturais acontecem no Município. Informou que o texto já estava em processo de construção. A segunda etapa será a Construção de Diretrizes e Objetivos e a consultoria vai trabalhar junto com a FGM até as etapas Metas, Ações e Resultados. Explicou que na Construção de Objetivos e Metas, os integrantes da Comissão do Plano deverão fazer uma oficina de Metodologia do Plano Municipal de Cultura porque a função da consultoria não é fazer o Plano de Cultura de Salvador, mas assessorar e transmitir para a equipe do Plano os conhecimentos necessários para que se faça o documento. Complementou dizendo que o plano não pode ser encomendado, mas precisa refletir a realidade municipal, o que só será possível se a própria comunidade participar. Na última etapa serão construídos as Ações e Resultados, sendo que as ações só podem ser construídas a partir de metas muito objetivas e será necessário também trabalhar com pessoas da Administração Pública. Alertou que quando

as Ações forem elaboradas, deve-se ter um olho no orçamento, pois todo Plano é pensado a partir do orçamento que o Município dispõe para que não se elabore um plano que não seja exequível. Além disso, defendeu que é necessário desconstruir a ideia de que o Plano vai solucionar todos os problemas do Município, reforçou que esse é o primeiro plano e daí para frente será feita uma construção. Depois, serão tratados Prazos, Recursos e Indicadores e Modelo de Gestão. Dando continuidade, Kátia Costa apresentou as cinco etapas do planejamento, que são: Planejamento, Análise Documental e Validação do Diagnóstico, Oficina, Encontros Presenciais e Consulta Pública e Entrega do Documento Final. A fase do Planejamento está focada em reuniões de planejamento, preparação e realização da oficina com o CMPC, neste sentido ela propôs a realização de uma dinâmica com o CMPC na reunião ordinária seguinte focada na participação do Conselho no processo de construção do Plano Municipal de Cultura. Além disso, preparar orientações para a elaboração da caracterização, o que já estava sendo feito com a FGM. Na fase da Análise Documental e Validação do Diagnóstico, ela informou que está sendo feita uma análise diagnóstico e dos documentos citados e posteriormente serão apresentados os resultados do material todo sistematizado, com o objetivo de fundamentar a construção do Plano, construir um mapeamento das informações e uma classificação de modo que tanto o Conselho, quanto a sociedade entendam esse processo e de onde saíram as proposições, as diretrizes e metas. Já a organização e validação disso será feita sempre junto à etapa 1 com a Comissão e o Conselho. A fase 3 será a Oficina, em que será realizada a elaboração das Etapas II e III do PMC, a projeção do conteúdo organizado e operacionalização do futuro desejado, que são as diretrizes, objetivos, metas e ações. A consultora explicou que foi criada uma agenda de reuniões contendo 40 horas dedicadas a isso, sendo que se tentou seguir a agenda de reuniões do Conselho, mas a agenda da Comissão flutua mais, é mais flexível. Pediu aos Conselheiros que não se preocupassem porque a agenda podia ser revista tranquilamente. Nessa fase estava prevista a formulação das etapas II e III do PMC (diretrizes, objetivos e metas), além da elaboração e validação pelo CMPC do documento de consulta pública. A quarta fase são os Encontros Presenciais e Consulta Pública Online e Kátia Costa disse que a FGM vai realizar com o apoio da consultoria dez encontros, cinco territoriais e cinco setoriais e já propôs chamar os encontros de Encontros para a Elaboração do Plano Municipal de Cultura, justamente porque a ideia não é passar de que esses encontros serão setorializados, no sentido de que se vai tratar especificamente dos problemas de cada área, mas serão tratadas as questões de cada área, buscando a convergência para uma questão municipal da Cultura, então esses encontros serão para validar o documento do Plano e obviamente colher novas contribuições. Além disso, será feita a Consulta Pública Online, sendo que tudo o que vier das consultas será organizado, sistematizado, incorporado a partir de uma análise feita com a Comissão do Plano numa discussão ampla, e ressaltou que não é porque se quer que a gestão execute que ela terá condições de fazê-lo, o Plano vai absorver aquilo que for possível de ser executado. Ela esclareceu que isso não quer dizer que o que for proposto será desconsiderado, mas todo documento servirá no processo de revisão do PMC e será incorporado gradativamente. Na

fase 5 será feita a Elaboração do Produto Final, em que será feita a elaboração das ações e resultados, a revisão e consolidação do documento, a validação do documento pela FGM, Comissão do PMC e CMPC e o trabalho será finalizado em 29 de janeiro de 2019. Em seguida, Kátia Costa apresentou o Cronograma de Trabalho, sendo que as atividades foram iniciadas naquele dia, 3 de julho, e terminarão em janeiro de 2019. Depois a consultora apresentou a agenda de reuniões com o CMPC, contendo as seguintes atividades: (3/7) apresentação da consultoria e a proposta de trabalho; (24/7) Reunião de integração do CMPC e apresentação do Diagnóstico (Cria Rumo) e realização da oficina com o CMPC; (14/8) Apresentação e validação da Etapa I do PMC; (até 29/8) Apresentação da metodologia da oficina do PMC; (25/9) Apresentação e Validação de documento da Consulta Pública (Etapas I a III do PMC) com Diretrizes, Objetivos, Metas, Ações e Resultados; (12/10) Convocação para Consulta Pública do PMC e início da mobilização; (27/10) Abertura da Consulta Pública do PMC; (5 a 16/11) Realização dos encontros setoriais e territoriais; (27/11) Reunião de avaliação dos encontros setoriais e territoriais; (18/12) Apresentação de primeira sistematização das contribuições de Consulta Pública; (29/1) Validação do documento final. A consultora disse que entre os dias 18/12/2018 e 29/1/2019, tirando as datas comemorativas, será desenvolvida a Oficina de Ações e Resultados, organização e finalização do documento para poder apresentar à Comissão e posteriormente ao Conselho. Declarou que na maioria dos municípios pelos quais passou e assessorou houve impasse entre a gestão e os conselhos de uma pauta especial por conta da importância do Plano Municipal de Cultura. No caso de Salvador a consultoria teve um rigor e um critério, seguindo as orientações da FGM de conciliar as datas com as reuniões do CMPC. No entanto, foi necessário ter um encontro extraordinário no dia 14/8 por conta da rotina do trabalho que será realizado e, se os prazos não forem cumpridos, etapas poderão ser puladas, o que não é desejado, principalmente as etapas de validação de qualquer fase do processo. Mas disse que o cronograma estava aberto e poderia ser rediscutido e se poderia ver qual o melhor momento, mas o que não poderia ser feito era parar o processo de trabalho porque o tempo é muito curto e normalmente para fazer isso o município leva um ano. Acrescentou que o CMPC pode deliberar que a validação de qualquer etapa poderá ser feita pela Comissão do Plano. Informou que as equipes que vão constituir o processo serão representantes da PMS e FGM, a Comissão do PMC e o Conselho. Ressaltou que a consultoria estava ali numa relação de mão dupla apoiando e orientando sobre todo processo e construindo junto com as equipes. Explicou que a relação é sempre essa, a consultoria se alimenta das informações e as transforma em instrumentos, orientação, em um documento. Em seguida, a consultora apresentou as responsabilidades de cada grupo. As responsabilidades da FGM são: Instituir as comissões do PMC; Sensibilizar e mobilizar atores e agentes necessários para cada fase de trabalho; Prover infraestrutura necessária e compatível com as atividades previstas; Submeter os documentos produzidos à validação do CMPC; Participar das atividades previstas (Oficinas e Reuniões); Coordenar e liderar a realização dos encontros territoriais e setoriais; Realizar, com duração mínima de 30 dias, a consulta pública online, garantindo a sua disponibilidade ao longo

do período. Kátia Costa explicou que a Comissão do Plano seria instituída através de um documento formal, como decreto ou portaria, e destacou que qualquer pessoa do Conselho que queira integrá-la pode participar, sendo que as reuniões serão sempre abertas ao Conselho. Disse ainda que a cada momento serão inseridos atores novos, por exemplo, profissionais da área de planejamento, pessoas relacionadas a projetos de saúde, pessoas de universidades, lideranças culturais, com o objetivo de qualificar o debate. Já as responsabilidades do CMPC são: Pactuar agenda de reuniões do PMC; Mobilizar agentes culturais da sociedade civil em torno do PMC; Acompanhar e validar os conteúdos produzidos; Participar dos encontros territoriais e setoriais; Participar da consulta pública online; Validar documento consolidado a partir da consulta pública. A consultora destacou a importância de os Conselheiros entenderem que são representantes, mediadores, construtores de ideias e propostas para o PMC e são a ligação entre o Poder Público e a sociedade. Então de agora por diante quanto maior for o diálogo entre os Conselheiros e os setores que representam em torno desse processo, será muito importante. Reforçou o caráter de parceria entre o CMPC e a FGM e ressaltou que o Conselho existe para fiscalizar os atos da Administração Pública relacionados às políticas da gestão cultural, além de ser coparticipante do processo de construção. Afirmou que quanto maior for a participação do CMPC nesse processo como representante da sociedade, maior legitimidade o processo terá e maior garantia o órgão de Cultura terá para defender os interesses da área cultural. Os encontros setoriais e territoriais serão liderados pela FGM com a colaboração da comissão e do Conselho. Ressaltou que o objetivo da Comissão do Plano é assegurar a representatividade social, cultural e política da sociedade civil e do poder público no processo de elaboração do PMC de Salvador e alertou que a Comissão deve receber as informações e contribuir com elas, participar efetivamente no processo de aprendizado tanto para a FGM e a consultoria, quanto para os representantes da sociedade civil. Acrescentou que no processo há uma construção conjunta de conhecimento sobre políticas culturais, essencialmente o Plano de Cultura. Em seguida, a consultora apresentou as responsabilidades da consultoria, que são: Preparar e sistematizar informações relativas à documentação do diagnóstico e à consulta pública; Realizar oficina de sensibilização do CMPC; Participar dos eventos previstos (reuniões, encontros territoriais e setoriais e de validação dos documentos junto à Comissão do PMC e CMPC); Realizar a oficina de elaboração do conteúdo do Plano com a Comissão do PMC para consulta pública; Sistematizar contribuições da consulta pública; Consolidar documentos com as etapas elaboradas para o PMC (Diretrizes e Resultados); Apresentar documentação comprobatória da realização das atividades. Kátia Costa destacou que a consultoria vai trabalhar de forma colaborativa com a Comissão do Plano. Em seguida, a consultora apresentou algumas ideias sobre a relação entre o CMPC e o PMC, com o objetivo de criar uma conversa. Foram elas: O CMPC deve adotar uma postura de maior participação no processo de construção do PMC, evitando uma conduta meramente representativa, o que descarta a possibilidade do diálogo e das trocas e não permite construir novas perspectivas, além de não refletir as demandas do grupo a que cada Conselheiro representa. Destacou também que é fundamental manter o diálogo

aberto entre os pares, ou seja, é importante que o Conselho discuta dentro dele mesmo porque ele representa a diversidade cultural e não será possível construir políticas públicas de Cultura sem enfrentar as diferenças e sem entender que elas são ativos importantes para o setor da Cultura e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento de política cultural, e não representam obstáculos, portanto é importante que se entenda que o processo é permeado pela perspectiva da diversidade cultural. Depois a consultora enumerou as atribuições do CMPC, que são: Deliberar sobre as diretrizes gerais da política cultural do Município; Contribuir com a formulação do PMC, através da Comissão do Plano e das reuniões de discussão e validação do documento; Atuar na sensibilização e mobilização social em torno do processo de construção do PMC; Acompanhar, fiscalizar e avaliar o desenvolvimento e a execução do PMC. Argumentou ainda que o CMPC é representante ativo da comunidade cultural, que participa da formulação e execução das políticas culturais, de modo a contribuir para a garantia da Cultura como um direito; Tem a atribuição de fortalecer o pacto federativo, garantindo o diálogo entre os seus pares, com vistas a promover a democracia participativa, e como elemento integrante dos Sistemas de Cultura, participa das decisões e da construção e manutenção dos sistemas de cultura. Kátia Costa alertou que se o CMPC não debater, não buscar entender esse universo diverso, complexo e plural e não entender as especificidades de cada setor e as convergências, não será possível entender as necessidades e garantir que a Cultura seja entendida como um direito fundamental. Esclareceu que o pacto federativo não trata apenas das instâncias governamentais, mas a própria política nacional de Cultura, que é uma relação de pacto federativo entre os três entes federados mais a sociedade civil. Ressaltou ainda que o CMPC tem a importante função de acompanhar o desenvolvimento e a realização do Sistema Municipal de Cultura. Além disso, a consultora declarou que conselhos de Cultura são os elementos dos sistemas de Cultura que garantem a representação participativa da sociedade e da comunidade cultural nas decisões públicas sobre as políticas culturais, bem como devem atuar como mediadores e interlocutores entre a sociedade civil e o estado. Em seguida, a especialista enumerou os desafios que os Conselheiros de Cultura enfrentam nesse processo. Primeiro, seria necessário que os Conselheiros tenham conhecimento sobre todo arcabouço teórico, jurídico, legislação e orientações sobre a política cultural, ou seja, primeiro é preciso entender Cultura no sentido amplo, o que significa entender as diferentes formas de gestão e instituição que a Cultura e a diversidade cultural promovem. Comentou que falar de diversidade cultural não trata apenas de diferentes estéticas, mas de diferentes modos de viver que exigem formas de produzir, se instituir no mundo e de gerir seus conhecimentos. Portanto, os Conselheiros precisam entender de marcos regulatórios, informações culturais, memória e patrimônio, proteção e promoção da diversidade cultural, economia da cultura e economia criativa, desenvolvimento das cidades e sobre o sistemas e Plano de Cultura. Destacou que Salvador é uma cidade criativa, mas é preciso desenvolver esse potencial criativo e transformá-lo em elemento economicamente sustentável e para isso é preciso entender como essa criatividade se apresenta. Explicou ainda que é importante que os Conselheiros façam escolhas e propôs algumas alternativas

que eles teriam que optar: Integrar o momento histórico e contribuir para a construção de uma democracia deliberativa ou apenas modernizar as práticas históricas de neocorporativismo? Participar efetivamente do processo ou somente comparecer às reuniões do Conselho? Deliberar sobre os assuntos e temas tratados ou apenas aprovar ou consentir sobre algo discutido? Representar um grupo ou se preocupar com o todo? Ressaltou que apesar de o Conselheiro representar um segmento ou setor, ele estava no CMPC para defender uma política municipal que busque compreender como é que os diferentes setores e segmentos se desenvolvem para que conjuntamente possam desenvolver política, portanto não significava pensar no “próprio umbigo” nem no próprio projeto, mas estava lá como liderança de uma comunidade, não de um grupo, mas cada território de Salvador tem um contexto, uma singularidade, que deve ser discutida no todo. Assim, destacou que o Plano Municipal de Cultura se constitui de demandas da sociedade, não é um plano setorial, mas um plano para a Cultura no Município. Afirmou que formular e executar uma política cultural democrática requer participação, compromisso e convivência com o contraditório, com o diverso e com o plural. Em seguida, conceituou o que significa ser Conselheiro, utilizando uma citação de José Márcio Barros (2014) afirmando que é a possibilidade concreta de participar deste momento histórico de construção de ações mais permanentes de desenvolvimento humano e cultural. Dando continuidade, a consultora discutiu como garantir uma política cultural de caráter federativo e uma gestão que assegure os direitos culturais dos cidadãos, então apontou como pontos fundamentais: ter como elemento central a sensibilização e mobilização dos principais atores da cena cultural; promover uma atuação conjunta entre esses atores; sensibilizar o legislativo para que projetos de lei e propostas de emenda constitucional sejam aprovados. Destacou que além de a relação com o Legislativo promover uma legalidade política institucional, ela se configura também como uma fonte de financiamento para a Cultura. Em seguida, Kátia Costa propôs aos Conselheiros uma pequena atividade, que foi solicitar que, até o dia 17, preenchessem um questionário baseado na leitura do Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador e do lugar da fala de cada um, apresentando as contribuições a mais que dariam ao processo. Solicitou a Ana Carolina Dantas, que havia chegado à reunião, para apresentar o questionário. Ela se apresentou como professora de nível superior e disse que trabalha com Kátia Costa dentro de um período de quatro anos com formação de gestores para a elaboração de planos de Cultura na Escola de Administração da UFBA. Informou que o questionário é simples e se localiza na Etapa I de elaboração do PMC, de Análise da Situação Atual, e vai contribuir para subsidiar o diagnóstico já existente e também para construir a Caracterização do Município de Salvador. Destacou que o questionário é muito simples, dividido em duas partes, que são a identificação do Conselheiro e a apresentação das contribuições para a Análise da Situação Atual. Kátia Costa alertou que não fosse utilizado “achômetro”, mas que as fontes das informações disponibilizadas fossem apresentadas, e ressaltou que o diagnóstico é bom, no entanto nenhum documento de mapeamento finda nele mesmo, então a informação sempre será complementada. O Presidente abriu o espaço para discussão. Isa Trigo solicitou que fosse realizada formação para os integrantes

da Comissão do Plano e pediu que fossem enviados textos simples sobre os assuntos que foram apresentados, como diversidade, economia criativa e marcos regulatórios porque a maioria dos Conselheiros não estudou sobre os assuntos, e pediu que as informações fossem disponibilizadas a todo Conselho para que possam ser lidas e bem entendidas sobre cada ponto apresentado. Destacou que o documento tem que ser *online* e disse que deveria se pensar como deveria ser esse instrumento e exemplificou os instrumentos de inscrição de editais da FGM que devem ser preenchidos em formato *word* e ser submetidos ao sistema após a finalização da inscrição. Sugeriu que o sistema seja amigável para a pessoa que está na ponta, que pode ser um grande artista ou conselheiro cultural, mas pode ser semianalfabeto. Disse que é fundamental conhecer o instrumento de coleta de dados e pediu à equipe da FGM que pudesse pensar junto com a Assessoria de Comunicação do órgão como se pode fazer para divulgar o questionário junto à comunidade, visto que há dados que os Conselheiros não têm, mesmo que ande na comunidade a vida toda, mas não há como coletar certos dados, o que deve ser feito por esse instrumento, que deve ser muito bom. Fernando Guerreiro disse que se vive em uma discussão eterna dentro da FGM com a questão documentos *versus* dificuldade e disse que prefere partir do pressuposto que se deve cada vez mais instruir as pessoas para que elas possam preencher as coisas e não ir facilitando cada vez mais e assinando em baixo da dificuldade porque ele vive sob a égide do Poder Público, que tem um Tribunal de Contas e pode chegar num ponto que ele não tenha como provar nada, então transformaria a legislação em uma coisa absolutamente amadora e superficial. Declarou não poder facilitar o “extremo”, pois a Prefeitura e o serviço público têm normas, senão chega-se ao ponto que não se tem mais documento. Disse que entendia esse discurso, mas, ao mesmo tempo, se as pessoas não conseguirem ler aquelas linhas, não sabia mais o que era isso. Exemplificou com os editais e disse que começou com projetos com muitas dificuldades e passou a fazer um trabalho constante de oficinas e hoje o julgamento dos editais é uma tortura porque setenta por cento dos projetos são da mais alta qualidade, vindos de bairros, como Cajazeiras, Plataforma e sem intermediários, os artistas estão começando a entender que essa é uma coisa fundamental. Disse ainda que não vai fazer populismo, paternalismo, nem tratar as pessoas como coitadas e justificou sua postura pela própria vivência constante de ler edital, acompanhar processos e ver o patamar em que as pessoas estão trabalhando hoje. Considerou que a postura de assistencialismo da parte da FGM é politicamente incorreta, considerar que a maioria dos artistas não tem condições de entender o que está se propondo é um equívoco. Disse entender que tem uma parte deles que tem dificuldade e que a FGM pode facilitar, exemplificou o debate da comissão de Cultura sobre a Lei Orgânica do Município, sendo que várias pessoas comentaram que tinha documento demais. Fernando Guerreiro disse que na ocasião perguntou se deveriam voltar para a “política do balcão”, para a ilegalidade, com as pessoas recebendo o dinheiro na sua própria conta corrente. Disse entender a dificuldade da classe, mas defendeu que é preciso caminhar no sentido de as pessoas se prepararem cada vez mais. Afirmou que, a partir do momento que na gestão do ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil inseriu os editais como norma, o Plano de Cultura, os Sistemas de Cultura,

sentia que cada vez mais os artistas estão crescendo nessa questão e conseguindo fazer projetos cada vez melhores. Kátia Costa considerou muito boa a colocação de Isa Trigo sobre a importância do alinhamento conceitual. Informou que o Conselho e a Comissão irão receber uma relação com *links* e com os próprios documentos referenciais para o Plano de Cultura em âmbitos municipal, estadual, federal e internacional e que os Conselheiros poderão ver a lista ao longo do processo e não precisam ler tudo de uma vez. Reforçou que é importante o elemento conceitual e disse que será feita uma reunião específica com a Comissão para dialogar sobre o planejamento e discutir os textos. Em relação ao questionário, Kátia Costa esclareceu que ele deve ser preenchido exclusivamente pelo Conselheiro, sendo que não deve ser passado para ninguém porque realmente outras pessoas não vão entender porque o instrumento foi elaborado com base no diagnóstico. Ressaltou que é uma forma de legitimar a participação do Conselho como proponente e como analista do processo. Reforçou a fala de Fernando Guerreiro e defendeu que é preciso se apropriar desses instrumentos para poder também se apropriar de outros discursos. Disse ainda que se os Conselheiros precisarem da consultoria, é só convocar que elas irão à reunião e refazer tudo com os Conselheiros. O Presidente perguntou qual seria o horário das reuniões da Comissão, visto que serão realizadas nos mesmos dias das plenárias, e alguns Conselheiros precisavam se programar por conta de trabalho. Kátia Costa respondeu que entendia que os assuntos a serem tratados sobre o PMC com o Conselho deveriam ser pautas da reunião do CMPC, senão caberia à FGM e à Comissão decidir junto com a consultoria qual o melhor momento, se deveria fazer uma reunião antes ou depois. Declarou que a consultoria estava à disposição para atender a demanda sobre esse item. A Assessora de Gestão Estratégica da FGM, Viviane Ramos, informou que a proposição inicial da FGM junto com a consultoria era que as reuniões do CMPC tivessem a construção do Plano como pauta nos momentos que forem necessários, mas se alguém tivesse alguma proposta diferente ou contrária e quisesse colocar, eles estavam abertos, para colocar a reunião com a Comissão uma ou duas horas antes da plenária, verificar a questão do horário, mas era importante manter nas datas já acordadas para as plenárias, o que ela acreditava que iria facilitar. Eliaide Cardoso orientou aos Conselheiros a fazerem uma pesquisa empírica e procurarem o representante do conselho de moradores, com uma linguagem bem facilitada porque o representante do conselho de moradores conhece os problemas do bairro e o que a população quer ou não que aconteça nos locais e as necessidades. Contou uma experiência de aplicação de questionário no território do Cabula – Tancredo Neves sobre saneamento e percebeu que a população sabe responder. Eduardo Matos perguntou ao Conselho qual a base legal e qual o impedimento para a agregação de mais um membro na Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Cultura e expressou desejo em participar da comissão, informou que participou de todas as conferências nacionais, estaduais e municipais, exceto a última, além da elaboração do Plano Estadual de Cultura, dos planos setoriais, assim ele disse ter bagagem, conhecimento para poder contribuir e sabia que podia fazê-lo naquele momento histórico de elaboração do Plano Municipal de Cultura. Justificou ser por isso que aceitou entrar no CMPC e participar do processo eleitoral porque

ele sabia que estava nesse processo de elaboração do sistema e do plano municipal. Disse que queria reivindicar e saber se tinha base legal e, como os Conselheiros se autoindicaram, ele também estava fazendo isso naquele momento porque não estava presente antes e tinha contribuições a dar para o PMC, visto que ele era estudioso da área e estudava a Lei Orgânica do Município e de outros municípios e reforçou que queria participar da Comissão para contribuir e não só ficar indo para a reunião. Viviane Ramos respondeu que naquele dia seria feita uma revisão da Comissão e se alguém não estivesse se sentindo à vontade pela demanda de trabalho e quisesse se retirar, ou se alguém se interessasse e quisesse integrar a Comissão, ela continuava aberta. O Presidente complementou lembrando que Kátia Costa havia dito que todos podem participar, e disse que o nome de Eduardo Matos era muito bem-vindo. Explicou que o CMPC tinha uma dinâmica de trabalho e que ele deveria entendê-la, e ninguém estava ali para impedir as pessoas a nada, pelo contrário, os Conselheiros queriam que as pessoas participem cada vez mais. Ratificou que Eduardo Matos integraria a Comissão. José Marcelo Rios pediu esclarecimento sobre a inserção dos assuntos do Plano nas pautas das reuniões ordinárias. Kátia Costa respondeu que essa era a proposta da consultoria, mas estava aberta tranquilamente para receber do Conselho o melhor momento que ele considera. Disse que a FGM havia orientado que a consultoria privilegiasse as datas de reuniões do CMPC, sendo que teriam raríssimas exceções, mas se o CMPC quisesse deliberar que a Comissão valide para que não haja uma reunião, não tem problema nenhum. Isabela Silveira disse que não tinha muito sentido inserir as discussões do Plano nas pautas das reuniões ordinárias, senão tudo iria girar em torno do PMC. Declarou saber que era importante essa construção, mas para isso foi eleita uma Comissão. Disse que imaginava que os representantes dos bairros e regiões, por exemplo, tinham e teriam sempre demandas muito urgentes que devem ser acompanhadas ao mesmo tempo, sendo que o Plano estava em construção. Afirmou que o ideal era que as reuniões da Comissão fossem realizadas nas datas das plenárias, mas duas horas antes e quando fosse necessário abrir para oxigenar as ideias, então se abririam as discussões com o todo, senão todos ficariam falando de uma construção futura e não lidando com as demandas presentes. Jadson Nascimento concordou com Isabela Silveira, pediu paciência a Eduardo Matos e disse que a colocação dele havia sido pertinente, porém o primeiro o trabalho estava sendo apresentado e a questão da equipe que seria formada, não tinha nada fechado ainda, como o Presidente havia falado, e que as pessoas que estava nomeadas poderiam a qualquer momento sair e abrir o espaço para ele ou acrescentar se possível o espaço, já que ele estava imbuído e entrou no CMPC com o propósito de fazer parte do processo, então era viável ele ter todo conhecimento e levar para a Comissão, mas disse acreditar que o ideal era prestar bastante atenção no plano de trabalho apresentado pela consultora para que os Conselheiros possam ter uma visão melhor de como a equipe vai trabalhar. Kátia Costa reiterou que quem quisesse participar da Comissão, aquele era o momento de se pronunciar, e que as reuniões seriam abertas, mas era importante dizer que a Comissão do Plano iria trabalhar junto com a FGM e com a consultoria. Exemplificou a fase inicial, Análise da Situação Atual, na qual seria necessário

que a Comissão tomasse conhecimento dos principais documentos, os quais estavam sendo sistematizados pela consultoria porque eles iriam subsidiar as discussões seguintes e promover esclarecimento. Explicou que no segundo momento a Comissão irá participar efetivamente da Oficina do PMC, ou seja, terá que disponibilizar pelo menos dois ou três dias integrais em duas semanas para trabalhar na metodologia, construindo junto com a consultoria diretrizes, objetivos, metas, ações e resultados, depois a Comissão terá que validar o documento. No terceiro momento, a Comissão integrará junto com a equipe da FGM a interlocução com os encontros presenciais, subsidiada, apoiada pelo trabalho da consultoria. Afirmou que será necessário que pelo menos nesses três momentos a Comissão tenha um envolvimento e seja interlocutora do Conselho, sendo que em alguns momentos também será necessária a mediação do CMPC. Destacou a importância de não se ter interrupção no trabalho e disse que a intenção não era sobrecarregar a Comissão, muito pelo contrário, mas promover junto com o Conselho um processo de participação e de integração. Rodrigo Cavalcanti mostrou dúvida em relação ao formulário, perguntou se ele tinha algum valor documental no processo e se ele seria utilizado de alguma forma posteriormente. Kátia Costa respondeu que todas as informações coletadas serão sistematizadas, por isso pediu que os Conselheiros coloquem as fontes, e elas se tornarão mais um documento para subsidiar o PMC. Rodrigo Cavalcanti disse que achava que o nome não deveria ser opcional porque existia o risco de alguém se passar por um Conselheiro colocar o nome e as contribuições, que ficam registradas, sendo que o Conselheiro citado poderia não ter acessado a plataforma e que qualquer pessoa pode acessar o *link* e saber o que quiser, portanto deveria ter algum nível de controle no formulário. Kátia Costa disse que iria colocar o nome como obrigatório. Acrescentou que a consultoria havia pensado nisso, mas não queriam criar nenhuma situação de constrangimento, mas levando conta em consideração de Rodrigo Cavalcanti, concordava plenamente. O Presidente afirmou que concordava com Rodrigo Cavalcanti porque percebeu que o nome estava como opcional, mas não só isso, era necessário ter o controle porque poderia entrar vários “Rodrigos”; assim deveria inserir o CPF, utilizar o e-mail, algo que validasse aquela pessoa que fez a contribuição. Kátia Costa respondeu que vai ter o nome completo da pessoa e perguntou se os Conselheiros achavam que deveria ter mais alguma informação, como CPF ou RG. O Presidente reforçou que deveria haver um controle que amarre que o formulário de Rodrigo Cavalcanti foi preenchido por ele mesmo. Kátia Costa disse que a sugestão foi acatada e disse que atualizaria o questionário e depois disponibilizaria o *link* aos Conselheiros. O Presidente apresentou a lista de Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento do PMC e informou que foi deliberado nas reuniões anteriores as pessoas que foram escolhidas para participar da Comissão, sendo que o projeto nunca foi engessado. Perguntou se alguém queria sair da Comissão, ninguém se pronunciou. Em seguida, perguntou se alguém queria entrar e Eduardo Matos mostrou interesse. O Presidente então submeteu o pedido à aprovação do pleno, que aprovou o pleito. Ressaltou que, depois de tudo o que Kátia Costa havia falado, ele esperava que os Conselheiros tivessem percebido a importância de cada membro da Comissão no processo, as contribuições que

eles iriam levar ao pleno, às suas comunidades, aos seus segmentos e concluiu que se eles estavam se propondo a participar significava que eles iriam entender o processo e estar incluídos nele. Depois, foi apresentada a agenda com o CMPC e com a Comissão do CMPC com as datas detalhadas e Kátia Costa informou que todos iriam receber por e-mail o material que foi apresentado na reunião e a relação dos documentos. Ela disse ainda que as pautas a serem discutidas não seriam impostas, mas construídas junto com a Comissão. Disse que a agenda estava muito apertada e existia um trabalho de bastidor que estava sendo feito pela consultoria que precisava considerar as datas propostas. O Presidente salientou a importância de os Conselheiros lerem os documentos, contribuírem e repassarem as informações, e o comprometimento de cada um que aceitou participar. Isa Trigo propôs que o grupo de trabalho já discutisse na reunião marcada para o dia 17 de julho, definisse as tarefas que deveriam ser realizadas e as pessoas se posicionassem sobre o que elas se sentiam mais aptas a fazer. O Presidente agradeceu às consultoras presentes e desejou sucesso no trabalho, Kátia Costa desejou que o processo fosse interessante, construtivo e feliz porque ele é complexo. Respondeu a Isa Trigo informando que a proposta dela seria executada e que seria discutido com a Comissão até onde ela poderia contribuir. O Presidente finalizou a reunião e lembrou que no dia 24 de julho seria realizada a reunião seguinte. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

.

Salvador, 03 de julho de 2018.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____